

As relações de gênero e a feminização da velhice¹

Nathalie Schneider²

Raquel Pavin³

Resumo: Este artigo problematiza as relações de gênero como elemento central na discussão de cultura, identidade e relações de poder. Nesse contexto, o estudo tem como objetivo provocar uma reflexão sobre o papel social que mulheres idosas ocupam na sociedade contemporânea. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que questiona as relações existentes entre gênero, poder e velhice, buscando algumas explicações nos estudos de autores como Laqueur (2001), Foucault (1978), Louro (2004), Nicholson (2000). No que se refere a gênero e feminização da velhice, escolhemos autores de referência, como Beauvoir (1970), Debert (1999), Salgado (2002), Neri (2001), Camarano (2005) Connel e Pearse (2015), entre outros. Com base no estudo, evidenciamos que exaltar a condição da mulher idosa na realidade contemporânea pressupõe fazer a crítica sobre o papel que ela ocupa e reproduz na sociedade brasileira. Assim, podemos pensar a discussão de gênero atrelada à construção social e à representatividade de mulheres num processo histórico, buscando autonomia e protagonismo.

Palavras-chave: Gênero; Cultura; Mulheres Idosas.

The gender relations and the feminization of old age

Abstract: This article aims to problematize gender relations as a central element in the discussion of culture, identity and power relations and aims to provoke a reflection on the social role those elderly women occupy in contemporary society. It is a bibliographic research, which questions the existing relations between gender, power and old age seeking some explanations, in the studies of authors such as Laqueur (2001), Foucault (1978), Louro (2004), Nicholson (2000). And regarding gender and feminization of old age, we chose reference authors, Beauvoir (1970), Debert (1999), Salgado (2002), Neri (2001), Camarano (2005) Connel and Pearse (2015), among others of great value for the discussion. So, extolling the condition of elderly women in contemporary reality presupposes criticism about the role that it occupies and reproduces in Brazilian society. Thus, we can think about the discussion of gender linked to social construction and the representation of women in a historical process, seeking autonomy and protagonism.

Keywords: Gender; Culture; Elderly Women.

Introdução

Este artigo problematiza as relações de gênero como elemento central na discussão de cultura,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

2 Pedagoga, Mestra em Educação e Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle.

3 Assistente Social, Mestra em Serviço Social e Políticas Sociais e Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle.

identidade e relações de poder, a fim de provocar uma reflexão sobre o papel social que mulheres idosas ocupam na sociedade contemporânea. Nesse sentido, o objetivo principal do presente estudo é refletir sobre como as relações de gênero estão imbricadas na velhice e em seus comportamentos, na construção de suas identidades e nas relações sociais que estabelecem. Para tanto, trazemos alguns conceitos norteados por um viés histórico da construção de gênero, destacando como tais conceitos se manifestam na velhice, dando maior ênfase à feminização.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que analisa as relações existentes entre gênero, poder e velhice. A relevância da temática permeia o momento contemporâneo e as projeções futuras, as quais nos mostram uma realidade permeada por mulheres idosas. Nesse sentido, a construção deste artigo compõe a trajetória de pesquisa das autoras que aqui se unificam para realizar uma necessária reflexão, mesmo que de forma ainda inicial e breve, enfatizando o entrelaçamento entre as relações de gênero com a velhice.

O debate das relações de gênero é pautado em algumas reflexões provocadas por Laqueur (2001), Foucault (1978), Louro (2004) e Nicholson (2000). Já no que se refere a gênero e feminização da velhice, baseamo-nos em Beauvoir (1970), Debert (1999), Salgado (2002), Neri (2001), Camarano (2005) Connel e Pearse (2015), entre outros.

As relações de gênero e poder

Embora estejamos familiarizadas/os e acostumadas/os ao binarismo homem/mulher, de acordo com o qual cada indivíduo ocupa posições distintas na sociedade, precisamos considerar que essa divisão nem sempre existiu dessa maneira. Com a finalidade de trazer alguns conceitos de gênero atrelados ao envelhecimento da mulher, iniciamos contextualizando como a construção de gênero foi forjada ao logo da história. Assim, será possível compreender, ao longo da leitura, o papel da mulher idosa na sociedade contemporânea.

Laqueur (2001) assinala mutações a respeito das compreensões sobre os corpos das mulheres, a partir do século XIII, costurando trechos históricos relacionados à construção dos gêneros. Essas ideias nos possibilitam pensar na concepção dos gêneros masculino e feminino como binários, mutuamente excludentes e, ao mesmo tempo, complementares. O autor sublinha que, no final do referido século, quando se passou a pensar que “a maioria das mulheres não se preocupava com os sentimentos sexuais”, a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual” (LAQUEUR, 2001, p. 15). Citando o médico Galeno, da Antiguidade, Laqueur (2001) nos sugere que, há séculos, acreditava-se que homens e mulheres tinham a mesma genitália, porém a das mulheres ficava para dentro, por falta de um “um calor vital”, o que estava relacionado aos orgasmos femininos durante o ato sexual.

Conforme tal abordagem, “a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (LAQUEUR, 2001, p. 16). A linguagem marca a diferença sexual, já que, durante milênios, ovários e testículos tinham o mesmo nome, e o meio é que esclareceria o sexo ao qual se referia. Assim, homens e mulheres eram considerados praticamente iguais.

No entanto, Laqueur (2001) ainda propõe que, por volta dos anos de 1800, vários naturalistas começaram a perceber, de modo radicalmente diferente, as distinções biológicas entre homens e mulheres. Para os especialistas do corpo no Iluminismo, os corpos de homens e mulheres eram fundamentalmente diferentes e opostos, não somente no que se refere à aspectos físicos, mas também no que diz respeito ao corpo e à alma. O autor sugere ainda que, devido a uma série de condições históricas e políticas, passou-se a sublinhar essas diferenças radicais e irredutíveis da morfologia e da fisiologia dos corpos de homens e de mulheres.

De um modelo da “carne única”, inspirado em Galeno, que frisava as semelhanças entre os corpos de homens e de mulheres, postulou-se um “di-morfismo radical”, que instaurava diferenças biológicas

imutáveis entre homens e mulheres (LAQUEUR, 2001, p. 17). Assim, na passagem do Renascimento para a Modernidade, a ideia de que as diferenças entre homens e mulheres eram apenas da ordem da ausência ou presença de calor vital no momento da fecundação, deu lugar à concepção de anatomias e fisiologias radicalmente distintas, binárias, opostas, complementares e solidamente baseadas na biologia – sendo, por isso, essenciais. Conforme o autor, conseqüentemente, no início do século XIX, já estava instaurada a crença de que era a biologia que determinaria o lugar de cada um e de cada uma na sociedade.

O referido teórico também propõe que, de acordo com tais concepções pré-iluministas, o sexo ou o corpo eram compreendidos como o epifenômeno, enquanto o gênero devia ser visto como primário ou real. O gênero fazia parte da ordem das coisas, “o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido” (LAQUEUR, 2001, p. 18). Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural - “o sexo antes do século XII era uma categoria sociologia e não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p. 19). O autor também salienta que as diferenças já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder de gênero. Ou seja, os aspectos biológicos foram empregados na direção de reforçar um interesse político que redistribuía o sentido dos diferentes comportamentos que homens e mulheres deveriam ter em meio à sociedade.

As novas formas de pensar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento específico, mas resultaram de desenvolvimentos epistemológicos e políticos. Foucault (1978) argumenta que o sexo do Iluminismo – como fundamento biológico do que é ser masculino e feminino – tornou-se possível por essa mudança epistêmica. Contudo, a epistemologia, sozinha, não produziu dois sexos opostos. Essa ideia veio à tona devido a circunstâncias políticas. Ainda conforme o autor, qualquer coisa que se queira dizer sobre sexo já tem em si uma reivindicação sobre gênero. Isso significa que o sexo é situacional e explicável apenas dentro de um contexto da luta sobre gênero e poder. Segundo algumas estudiosas feministas, as diferenças naturais são verdadeiramente culturais.

Conforme Laqueur (2001, p. 24), para as feministas, “gênero é uma divisão entre homens e mulheres, causada pelas ‘exigências sociais da heterossexualidade’, institucionalizando a submissão feminina”. O autor também destaca que, ao contrário do que se pensa, não há naturalidade, isto é, o biológico não é neutro, a linguagem forma concepções, conceito e dita normalidades. Nesse contexto, para Laqueur (2001, p. 24), “é abalada a confortável noção de que o homem é homem e a mulher é mulher”, o sexo parece fragmentar-se. Ainda enfatiza que não há como ignorar a materialidade do corpo e suas supostas diferenças. Assim, o enfoque recai sobre a forma como tais corpos são compreendidos através da linguagem, da cultura e do poder. Ele relata que houve

um progresso na compreensão do corpo humano em geral e na anatomia e fisiologia reprodutiva em particular. [...] Que eles não causaram uma compreensão específica da diferença sexual, a mudança para o modelo de dois sexos. [...] As teorias da diferença sexual que influenciaram o curso do progresso científico e a interpretação de resultados experimentais específicos. O sexo, como o ser humano, é contextual (LAQUEUR, 2001, p. 27).

Tomado desse ângulo, as relações de poder estão diretamente imbricadas no conceito de gênero. Com base nessa perspectiva, o corpo é produzido de forma contingente e de acordo com determinada cultura. Louro (2004), em uma contextualização também histórica, apresenta como essa divisão masculino/feminino passou a ser representada, mencionando que as marcas que os corpos recebem se alteram constantemente, são cambiantes e provisórias, e dependem de um determinado tempo e cultura. Salienta que os esforços para instituir a norma ou transgredi-la supõem constantes intervenções, deslocamentos, e chama a atenção para a importância de analisarmos como ocorrem esses processos e quais seus efeitos.

Uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências que fazem sentido no interior da cultura e que definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito. [...] poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo à determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir de direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos, que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (LOURO, 2004, p. 83-84).

A autora ainda enfatiza que a forma como nos apresentamos depende sempre da cultura na qual estamos inseridos, e que “os corpos considerados ‘normais’ e ‘comuns’ são, também, produzidos através de uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade, arbitrariamente, estabeleceu como adequados e legítimos” (LOURO, 2004, p. 87). Para a autora, aqueles que transgridem essa “normalidade” acabam sendo marcados como sujeitos desviantes e diferentes, são punidos, sofrem penalidades, tornam-se alvo de correção. Além disso, esses indivíduos são, muitas vezes, desprezados, rotulados e isolados, criando-se uma série de estratégias para tentar curá-los e reeducá-los.

Essas relações de poder e cultura envolvendo gênero também são reforçadas através dos argumentos utilizados por Linda Nicholson (2000), em seu artigo “Interpretando gênero”. A autora pondera que, embora essa divisão entre masculino e feminino tenha se fortalecido ao longo dos anos e tenha sido fundamental, tendo como fator determinante o corpo e o biológico, não se pode reconhecer que uma identidade seja aceita como única em todas as culturas:

Os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos mudam através do tempo e das comunidades, [...] perceber uma diferença física, ou mesmo atribuir a ela uma significação moral e política, não é o mesmo que usá-la para “explicar” divisões básicas na população humana (NICHOLSON, 2000, p. 17-18).

Nesse viés, a autora também reforça que, em certo período, as marcas físicas, o corpo e o biológico tornam-se fatores determinantes para as diferenças entre homens e mulheres e, conseqüentemente, alteraram as relações de poder que se estabelecem entre eles. Nicholson (2000) questiona essa visão ocidental como sendo única e universal, pertencente a quaisquer tempos, lugares e culturas. A autora ainda ressalta que tal proposição trava impasses ao tentar compreender, dentro da nossa sociedade, quem pode ser homem e quem pode ser mulher.

A discussão de gênero e a feminização da velhice

Connel e Pearse (2015) reiteram a importância da discussão sobre o gênero, sendo necessário ressaltar o protagonismo feminino que vem sendo construído ao longo dos anos por meio de lutas e resistências, na tentativa de desconstruir papéis calcados no biológico, como experiências fixadas apenas pela natureza. Mesmo com as lutas feministas por seus direitos, percebe-se o quanto ainda é presente o estigma sobre as mulheres. Principalmente em um contexto capitalista, uma batalha é travada diariamente, visando garantir os espaços delas à fala e ao protagonismo. Ainda se evidencia, em pleno século XXI, o sofrimento das mulheres em detrimento de uma construção histórica da sociedade, referente aos papéis que devem ocupar. Na sociedade brasileira, ainda vigora a invisibilidade do reconhecimento e do papel social desenvolvido pelas mulheres, especialmente as idosas, uma vez que a valorização está no que é novo e ágil (SALGADO, 2002).

Conforme já elucidado nesta publicação, a cultura e as relações de poder interferem diretamente na construção das relações entre os gêneros. Essa interferência também fica evidente quando nos voltamos especificamente para as mulheres idosas, visto que elas vivem uma fase em que passam a ocupar diferentes posições, o que afeta seus modos de viver e suas identidades.

Pensar sobre esse contexto nos remete à importante obra de Simone de Beauvoir, intitulada “A Velhice”, na qual aborda, de forma concreta e enfática, os desafios que essa fase da vida põe à sociedade, mais especificamente às mulheres. A autora refere-se à velhice inerente a todo o ser humano, em que os organismos sofrem alterações, acarretando a diminuição das atividades, autonomia e atitudes em relação à vida individual e até mesmo coletiva (BEAUVOIR, 1970). Com base nessa visão, envelhecer significa passar por um processo natural intrínseco ao ser humano.

A partir do século XX, o mundo observou o crescimento expressivo da sua população envelhecida, o que pode ser explicado pela redução das taxas de fecundidade a partir da década de 1960. Esse fenômeno demográfico tem efeito direto no lazer, na habitação, nas relações familiares e em variados aspectos, trazidos na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Dentro de uma abordagem voltada para o envelhecimento da população, passaremos a analisar especialmente esse processo voltando-se o olhar para as mulheres. Para Debert (1999, p. 8), “sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizada exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura à velhice”. Em consonância, Salgado (2002) entende que a mulher, considerada um objeto de reprodução, tem sua vivência marcada por uma realidade submissa e passiva. Além disso, ela tem como centralidade o lar, servindo aos cuidados dos membros que residem nesse espaço.

No entanto, no século XX, a autonomia das mulheres se fortaleceu, visto que elas se inseriram de forma mais efetiva no mercado de trabalho. A partir daí, o papel imposto à mulher na sociedade passou a ser observado sob outras perspectivas. Não obstante, para Connel e Pearse (2015), ainda há um enorme esforço da sociedade em manter determinados comportamentos entendidos como adequados a cada gênero. Assim, observa-se a construção de gênero como algo social (LAQUER, 2001).

Nesse sentido, segundo Louro (2004), a definição de homem e mulher, ou do gênero masculino/feminino, é algo marcado pela cultura, bem como suas atribuições, deveres e privilégios para que essa construção continue. As normas que regulam o gênero dos sujeitos são constantemente reiteradas e, como qualquer outra norma, são invenções sociais, tramadas através de redes de poder. Isso nos faz refletir sobre a forma como regulamos os corpos, os corpos femininos, os corpos velhos. Nos faz pensar também sobre as consequências da imposição de como tais corpos devem ser a agir.

Quando se fala da mulher idosa, tais questões de representação e identidade podem se tornar ainda mais agudas. Isso porque, em se tratando de mulher envelhecida, a sociedade capitalista lhe atribui a identidade de “inútil” ao capital. Com isso, manifestam-se preconceitos, estigmas, sendo ela vítima de negligência e abandono. A inexistência de políticas públicas efetivas que atendam a essas mulheres agrava ainda mais essa situação.

Dessa forma, tendo em vista que o papel da mulher está, muitas vezes, relacionado à maternidade, ao biológico e ao cuidado com os membros da família, no decorrer dos anos, ela passa a vivenciar uma vulnerabilidade dupla: por ser idosa e por ser mulher (SALGADO, 2002). Somando-se a isso, a mulher idosa vivencia um momento de passagem da idade adulta para a velhice, tendo de enfrentar várias mudanças, como a saída dos filhos de casa, a perda do cônjuge e as transformações físicas e mentais. Nesse viés, quando se trata de gênero, cai sobre a mulher idosa a maior segregação.

Com isso, envelhecer torna-se um fator de resistência ainda mais forte, pois um processo natural e irreversível como o envelhecimento humano constitui-se como um estorvo para o capital. Sob essa perspectiva, Connel e Pearse (2015) ressaltam que a taxa de atividade econômica das mulheres cresceu, ainda que discretamente; no entanto, esse índice ainda se constitui menos da metade em relação aos homens.

Esse contexto é melhor explicado por Beauvoir (1970), que destaca importantes temas em sua obra, em especial a desigualdade vivida pela mulher que envelhece. Embora sua reflexão não seja atual, retrata questões pertinentes com as quais se deparam inúmeras mulheres idosas da atualidade. Muitas das preocupações emocionais, econômicas e físicas enfrentadas por essa parcela da população, conforme referido pela autora, são, em grande parte, negligenciadas por uma sociedade que supervaloriza o jovem, a produção e o lucro.

A feminização da velhice, que pode ser entendida como a expansão predominante de mulheres idosas no cenário mundial, traz diversos fatores, positivos e/ou negativos, tanto para a pessoa que vivencia esse enquadramento quanto para a sua rede de relações, a exemplo das famílias. Para Neri (2001), esse processo de feminização da velhice reconfigura as relações existentes, por ser a mulher idosa um importante elo para a rede de apoio familiar.

Para potencializar a discussão aqui estabelecida, convém retomar aspectos relativos à expansão do número de mulheres idosas no Brasil. Segundo Almeida, et al. (2015), o expressivo aumento do número de mulheres consideradas idosas se deve ao fato de elas terem se casado jovens e com homens mais velhos. Atrelado a isso está o fato de muitos homens terem morrido em guerras e em revoluções, a incidência das violências nas grandes cidades e os trabalhos em condições arriscadas. Além disso, o uso de cigarros e de outras substâncias psicoativas pelos homens prejudica a saúde deles, levando-os a óbito precocemente. Esses fatores podem ser a causa de as mulheres terem um tempo de vida maior em relação aos homens.

O processo de envelhecimento pode provocar nas mulheres problemas relacionados à saúde, à mobilidade, à proteção social, ao pertencimento social e à autonomia. Para Neri (2001), tais situações podem ser vinculadas a fatores biopsicossociais, devido agravos na saúde e de mudança no estilo de vida, por exemplo, que podem ocorrer nesta etapa da vida. Além disso, essas situações podem ser agravadas pelo baixo (ou nulo) rendimento, que se apresenta de forma bastante expressiva, pelo não acesso à escolaridade e ao isolamento social (e de oportunidades), aspectos que, historicamente, prejudicam mais as mulheres do que os homens.

Nesse sentido, reafirma-se que as mulheres idosas sofrem riscos elevados em virtude do processo de envelhecimento. Essa condição torna-as mais vulneráveis à incapacidade, advinda das condições físicas, sociais e afetivas, o que clama por políticas sociais efetivas e voltadas à garantia de renda mínima para a subsistência econômica das mulheres que vivem a velhice. É preciso considerar também que muitas delas passaram boa parte da vida reproduzindo o papel que lhes foi imposto, de cuidadoras de lares e do trabalho doméstico, que não é pago (CONNEL; PEARSE, 2015).

A possibilidade de receber algum rendimento nessa idade deve ser um direito e não uma recompensa a toda saúde degradada via venda da força de trabalho durante anos a fio. As políticas públicas devem garantir serviços de proteção social, de forma universal, independentemente dos rendimentos.

Na ausência de tais políticas públicas, muitas mulheres buscam suporte nas suas redes de apoio, que, em muitos casos, são compostas pela família, que suprem as necessidades não atendidas pelos programas de governo. Em contrapartida, essas mulheres apoiam esses familiares, por serem muitas vezes as provedoras através da aposentadoria, das pensões e de outros benefícios, exercendo um importante papel social como avós, cuidadoras e mantenedoras dos serviços domésticos. Dessa forma, prestam auxílio a amigos ou vizinhos doentes, recebendo diversas responsabilidades que lhes são demandadas ao longo da velhice de forma cada vez mais representativa (MOTTA, 2011). Connel e Pearse (2015) destacam ainda que há uma certa naturalidade em pensar que esse é o papel da mulher, em especial, da mulher velha.

Conforme já referido, envelhecer é um processo inerente ao ser humano. Para que se consiga viver esse processo de forma digna, deve-se levar em consideração as condições de seguridade social, o nível econômico e o gênero. Esses indicadores, conforme Camarano (2005), implicam diretamente na vivência de uma velhice de forma positiva ou negativa.

Sendo assim, é preciso construir um trabalho integrado entre as políticas de assistência social, saúde, habitação, previdência e alimentação para dar conta dos mínimos em relação a demandas tão complexas e específicas desta população. Para que haja uma efetiva ação por parte do Estado e para que se possa falar em seguridade social, são necessárias políticas articuladas e efetivas voltadas para o envelhecimento das pessoas, condizentes com suas realidades.

Para Salgado (2002, p. 8), “o mundo contemporâneo do adulto de idade avançada, bem como o futuro, é e será predominantemente um mundo de mulheres”. Nesse sentido, reafirma-se que a feminização da velhice provoca uma reflexão sobre o expressivo número de mulheres idosas na sociedade. Esse acontecimento está relacionado à predominância de mulheres na população mundial, trazendo uma série de fatores positivos e negativos, tanto para a pessoa que envelhece quanto para a sua rede social.

Analisando os aspectos de maior vulnerabilidade e risco social, e ao mesmo tempo a importante recomposição do espaço relacional, por ser a mulher idosa relevante elo para a rede de apoio social (ALMEIDA, et al. 2015), problematizar o envelhecimento feminino pressupõe abordar alguns aspectos, dentre os quais a realidade das mulheres, que têm maior cuidado com a saúde, na prevenção e detecção precoce de doenças e no início dos respectivos tratamentos. As mulheres idosas vivem mais do que os homens idosos, em geral, o que ocasiona, muitas vezes, viverem sozinhas ou a necessidade de morarem com os filhos, demais familiares e/ou de tornarem-se institucionalizadas. Conforme apontam Agostinho e Máximo (2006), devido à inexistência de reformas que acompanhem as alterações na composição etária da população no Brasil, as pessoas idosas no país representam um grupo com variadas vulnerabilidades, que podem ocorrer pela perspectiva de renda, quando da inexistência de aposentadoria ou pensão.

Em consonância com as ideias apresentadas anteriormente, Soares (2012) também pondera que o envelhecimento populacional tem gerado mudanças na estrutura familiar e nas características dos rendimentos das famílias. Vivenciamos uma realidade na qual idosos estão em situação de vulnerabilidade e são responsáveis pela manutenção das famílias. Nesse sentido, são urgentes as ações de cunho político buscando a garantia aos direitos sociais da população, especialmente as pessoas idosas, que executam importante papel social, como apoio na sociedade contemporânea.

Diante dos aspectos levantados até aqui, reiteramos que homens e mulheres sempre tiveram posições e funções diferentes na sociedade. Desde a Revolução Industrial foram ocorrendo mudanças nas posições e funções das mulheres na sociedade, e muitas mulheres dedicavam-se, quase que exclusivamente, aos afazeres da casa e aos cuidados dos filhos, ficando mais resguardadas ao lar e ao apoio familiar, já que os homens se ocupavam com afazeres externos para o sustento da família, e muitas vezes ao trabalho que exigia mais força. Desse modo, ratificamos a existência das relações de poder, da construção cultural do gênero a partir do biológico, reforçando a ideia de Louro (2004) e Laquer (2001) acerca do corpo como uma construção cultural.

Considerações finais

Estamos vivenciando o aumento populacional de pessoas idosas, e também a maior expectativa de vida de mulheres em relação aos homens. Essa realidade nos provoca uma reflexão sobre as transformações

que vem ocorrendo na vida desse grupo populacional. Assim, propomo-nos, nesta publicação, a tecer uma discussão sobre o gênero, desconstruindo uma ordem biológica e natural. Com isso, objetivamos trazer à tona a importância de compreendermos o quanto a construção cultural pode afetar a vida de mulheres, em especial, as idosas.

O presente estudo procurou correlacionar as temáticas gênero, poder e velhice, problematizando aspectos advindos da feminização da velhice, dentre os quais estão os fatores biopsicossociais, econômicos e políticos. Exaltar a condição da mulher idosa na realidade contemporânea pressupõe fazer a crítica sobre o papel que esta ocupa e reproduz na sociedade brasileira.

Em face do exposto, evidenciamos que a discussão de gênero está atrelada à construção social e à representatividade de mulheres num processo histórico, buscando autonomia e protagonismo. Assim, o envelhecimento da mulher continua sendo um fator de resistência, visto que vivemos em uma sociedade patriarcal, que faz diferenciações entre homens e mulheres.

Sabe-se que a população envelhecida, em sua predominância, é composta por mulheres, e esse estudo alerta para a necessidade de pensar sobre novos caminhos, possibilidades e realidades. Pretendemos aqui trazer a amplitude sobre a importância de um olhar crítico sobre a relação gênero e velhice, para a superação dos discursos permeados por divisões de gênero. Paralelamente a isso, acreditamos que as reflexões aqui estabelecidas levam a uma ruptura de estigmas historicamente reproduzidos sobre as velhices das mulheres.

Referências

ALMEIDA, A. V.; MAFRA, S. C. T.; SILVA, E. P.; KANSO, S. A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 14, n. 1, p. 115-131, 30 jun. 2015. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/19830>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambu - MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/index>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**: A realidade incomoda. Trad. de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editorial Difusão Europeia do Livro, 1970. 313p.

BRASIL. **Lei 8.842**, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 21 fev. 2019.

CAMARANO, A. A. **Idosos Brasileiros**: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas. Brasília: Presidência/Secretaria Geral dos Direitos Humanos/Subsecretaria de promoção e defesa dos direitos humanos, 2005. 144p.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: Versos, 2015. 328p.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp, 1999. 237p.

FOUCAULT, M. **The History of Sexuality**. Trad. the Robert Hurley. Vol.1: An Introduction. Nova York: Pantheon, 1978. 168p.

- LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2001. 313p.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 92p.
- MOTTA, A. da B. As velhas também. **Revista Ex aequo**. Vila Franca de Xira. n. 23, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n23/n23a03.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2020.
- NERI, A. L. Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. **Anais do Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia**. v. 2. 2001, São Paulo: GERP, 2001. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/maio2007/2congresso.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n. 2, 2000. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- PAVIN, R. da S. **Mulheres idosas e o apoio social**. Curitiba: Crv, 2020. 92 p.
- SALGADO, C. D. S. **Mulher idosa**: a feminização da velhice. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Revista Envelhecer, Porto Alegre. v. 4. 2002. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716>>. Acesso em: 19 mai. 2020.
- SOARES, C. Envelhecimento populacional e as condições de rendimento das idosas no Brasil. **Revista Gênero**. Niterói, v. 12, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/420/313>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Submetido em: 20.05.2021

Aceito em: 11.11.2021